

Movimentos Sociais e Práticas Populares em Saúde: desafios contemporâneos na percepção de protagonistas paraibanos

Social Movements and Popular Health Practices: contemporary challenges in the perception of protagonists from Paraíba

Felipe Marques da Silva*
Sara Rebeca da Silva Oliveira**
Pedro José Santos Carneiro Cruz***
Volmir José Brutscher****

Resumo: Os Movimentos Sociais e as Práticas Populares em Saúde, historicamente, produzem ações de cuidado, de participação e de formação em saúde, que fortalecem a integralidade e a constituição de territórios saudáveis e sustentáveis. Esse estudo visa analisar os desafios desses movimentos e práticas para o agir em saúde coletiva, conforme a percepção de protagonistas de experiências no estado da Paraíba. Com abordagem qualitativa, foram entrevistados 28 atores com atuação reconhecida nesse estado, sendo esse material transcrito, analisado e categorizado. Como resultado, obtivemos 7 ideias-síntese: fragilidades no protagonismo juvenil; desarticulação dos movimentos sociais; escassez de engajamento político; limitado apoio institucional e governamental; desvalorização do saber popular; fragilidades dos movimentos do campo; crescente ultraliberalismo na conjuntura política atual. Os resultados podem subsidiar novas iniciativas de formação dos movimentos e práticas em suas bases bem como fomentar estratégias de aprimoramento organizativo de tais movimentos, para que as adversidades explicitadas sejam enfrentadas e superadas.

Palavras-chave: Movimentos Sociais. Práticas Populares. Educação Popular em Saúde. Participação Social em Saúde.

Abstract: Social movements and popular health practices have historically generated actions of care, participation, and education in health, strengthening

* Discente de Fisioterapia na Universidade Federal da Paraíba (UFPB). E-mail: fms@academico.ufpb.br

** Discente do curso de Medicina da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). E-mail: sarabecao@gmail.com

*** Doutor em Educação pela Universidade Federal da Paraíba. Professor Adjunto do Departamento de Promoção da Saúde do Centro de Ciências Médicas da Universidade Federal da Paraíba - UFPB. E-mail: pedrojosecruzpb@yahoo.com.br

**** Doutor em Educação (UFPB). Professor do Curso de Licenciatura em Pedagogia e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Pernambuco (UPE). E-mail: volmir.brutscher@upe.br



This content is licensed under a Creative Commons attribution-type BY

comprehensiveness and the development of healthy and sustainable territories. This study aims to analyze the challenges faced by these movements and practices in collective public health, as perceived by key participants in experiences within the state of Paraíba, Brazil. Using a qualitative approach, 28 individuals with recognized roles in the state were interviewed, and their responses were transcribed, analyzed, and categorized. The study yielded 7 key findings: weaknesses in youth leadership; disintegration of social movements; limited political engagement; restricted institutional and governmental support; undervaluation of popular knowledge; vulnerabilities in rural movements; and a growing influence of ultraliberalism in the current political landscape. These results can inform new initiatives for the education of these movements and practices at their grassroots and foster strategies for their organizational enhancement, addressing and overcoming the identified gaps.

Keywords: Social Movements. Popular Practices. Popular Health Education. Social Participation in Health.

Recebido em: 27/07/2022. Aceito em: 30/10/2023.

INTRODUÇÃO

Os Movimentos Sociais e as Práticas Populares em Saúde, historicamente, produzem ações de cuidado, de participação e de formação em saúde, que fortalecem a integralidade e a constituição de territórios saudáveis e sustentáveis. Com destaque na área de Saúde Coletiva desde os anos de 1970, as iniciativas dos Movimentos Sociais e das Práticas Populares em Saúde apontam abordagens, procedimentos e inovações que foram fundamentais para a criação e a estruturação do Sistema Único de Saúde (SUS), sendo também, ao longo das últimas décadas, de fundamental importância para a orientação de políticas públicas e de conhecimentos inovadores para qualificar o cuidado em saúde e a ação profissional na área (MÉLLO *et al.*, 2021; LOPES, 2019).

Esses grupos representam iniciativas de expressão e reivindicação social, constituídas por diferentes atores sociais, que mobilizam ações capazes de contribuir no enfrentamento às principais adversidades da saúde pública, e que, muitas vezes, servem de base à edificação de novas práticas em saúde (PEDROSA, OLIVEIRA, 2014). Por meio dos Movimentos Sociais e de Práticas Populares, a participação ativa dos cidadãos na proposição e no delineamento de ações em saúde evidencia que o protagonismo em saúde não se resume aos trabalhadores e gestores mas também concernem à população, que, com base nos desafios de seu viver, identificam e produzem respostas aos determinantes sociais e aos problemas de saúde vigentes, produzindo cuidados pela mobilização de caminhos de construção da qualidade de vida e do bem viver nos territórios (AYRES, 2001; VASCONCELOS, 2015).

Conforme apontado em obras, como a de Palmira Lopes (2019), e em estudos, como os de Méllo *et al.* (2021) e Fernandes *et al.* (2021), as ações de saúde protagonizadas pelas lideranças dos Movimentos Sociais e pelos que realizam as Práticas Populares não só produzem significados e

metodologias adequadas ao enfrentamento dos determinantes sociais em saúde bem como constroem novas possibilidades que contribuem para a constituição de territórios e espaços de busca e afirmação do bem viver, da qualidade de vida e da promoção integral da saúde comunitária.

Nesse contexto, a Educação Popular em Saúde (EPS) ganha força como uma “metodologia voltada para fortalecimento dos atores sociais [...] envolvidos na luta pela saúde” (VASCONCELOS, 2015, p. 243), possibilitando, mediante uma prática pedagógica, relacional, dialógica e problematizadora, a criação de ambientes favoráveis à criticidade, à libertação e à construção coletiva do conhecimento, com intuito de estimular o ser mais, a emancipação dos sujeitos, a transformação social e a superação dos processos de exclusão (ARAUJO; CRUZ, 2018).

Os Movimentos Sociais, as Práticas Populares e as experiências de EPS articulam processos de trabalho conjunto, centrados nos anseios dos grupos que representam, de forma a dar voz aos silenciados e animar a criticidade, a participação e o exercício democrático do direito humano à saúde (KADRI; SCWEICKARDT, 2015; RODRIGUES, 2020). De acordo com Silva (2021), entre os principais aspectos de caracterização dos Movimentos Sociais e das Práticas Populares em Saúde, destacam-se conceitos como: territorialidade, identidade coletiva, relações democráticas e dialógicas, não-institucionalização, cidadania e autonomia. Esses conceitos constituem, portanto, um grupo social que se configura a partir de um conjunto de pessoas que residem e compartilham de um mesmo território, relacionam-se e se organizam de forma democrática e dialógica, com base no compartilhamento de identidades coletivas. Ademais, esses sujeitos se mobilizam na intenção de construir práticas e saberes que possibilitem o confronto com determinantes sociais em saúde que se apresentam em seus espaços de vivência.

Ainda, para Silva (2021), podem-se apontar como principais potencialidades dos Movimentos Sociais e das Práticas Populares: o exercício da autonomia e da cidadania, a articulação inter-setorial e a promoção do engajamento e do controle social. No contexto dos desafios desses Movimentos Sociais, destacam-se aspectos como a conjuntura política atual, a fragmentação das lutas sociais, a repressão e criminalização dos movimentos emancipatórios e a diminuição do engajamento popular. Mesmo que as ações dos Movimentos e as Práticas Populares remetam a muitas conquistas, ainda existem, entretanto, muitos desafios a serem enfrentados em suas articulações nos diversos espaços e cenários de debate da Agenda Pública brasileira.

Nesse processo de engajamento e luta constantes, os Movimentos Sociais e as Práticas Populares em Saúde contribuem na produção de um cuidado ampliado, pois, através de suas ações, incidem no combate aos determinantes sociais do processo saúde/doença, por meio da promoção de cuidados apropriados às demandas específicas das pessoas e de atividades pensadas sob a perspectiva do bem viver. Por consequência, essa promoção de cuidados produz melhores horizontes para a qualidade de vida dessas pessoas e para as condições sociais de seus territórios. As iniciativas de cuidado, fundamentadas no princípio metodológico da Educação Popular em Saúde, são desenvolvidas com abordagens que fomentam um ambiente de construção coletiva do conhecimento, compondo uma ação de saúde dialógica, crítica e relacional entre os sujeitos.

Ante o exposto, na perspectiva de contribuímos com o fortalecimento das experiências dos Movimentos Sociais e das Práticas Populares de Promoção da Saúde e no cuidado ofertado nos territórios, faz-se relevante compreender as percepções de seus protagonistas sobre os desafios percebidos por esses no cotidiano de suas realizações. Dessa maneira, o presente artigo busca identificar e analisar os desafios dos Movimentos Sociais e das Práticas Populares para o agir em saúde coletiva, conforme a percepção de protagonistas dessas experiências no estado da Paraíba.

Espera-se evidenciar tais desafios, analisando-os sob uma perspectiva que mobilize reflexões e processos de mudança e de aprimoramento no fazer desses Movimentos Sociais e dessas Práticas Populares; também se pretende com tais análises contribuir na ampliação de perspectivas de aproximação entre essas iniciativas e as ações das equipes de saúde do Sistema Único de Saúde (SUS) nos territórios e comunidades.

Para tanto, o estudo delimita-se ao tema dos Movimentos Sociais e das Práticas Populares realizadas, especificamente, no campo da saúde e/ou com suas interfaces bem como se restringe ao Estado da Paraíba. O artigo estrutura-se em tópicos, cada um incluindo a apresentação, a caracterização e a discussão das ideias-sínteses formuladas pelos autores, a partir da análise dos núcleos de sentido emergentes das entrevistas. Cada tópico, portanto, abordará um de vários desafios, agrupados de acordo com as ideias emergentes das falas dos participantes do estudo, englobando aspectos como: fragilidades no protagonismo juvenil; desarticulação dos movimentos sociais; escassez de engajamento político; limitado apoio institucional e governamental; desvalorização do saber popular; fragilidade dos movimentos no campo; e crescente ultraliberalismo na conjuntura política atual. Essas análises foram conduzidas conforme a metodologia proposta.

Na nossa concepção, esta pesquisa se faz relevante por contemplar, em sua análise, materiais inéditos, trazendo as percepções de integrantes dos Movimentos Sociais, a partir de registros documentais das considerações dos entrevistados e elencando bases e provocações a serem acrescidas ao pensamento atual relativo ao campo da Educação Popular e suas interfaces com as realizações educacionais contemporâneas. Assim, visa-se contribuir para ações e iniciativas de cunho reflexivo, investigativo e analítico, auxiliando no avanço do conhecimento em Educação Popular, no fortalecimento e na consolidação de práticas e dinâmicas orientadoras das abordagens e preceitos de condução das políticas sociais públicas.

Cabe sinalizar que o estudo em tela foi realizado no período do Governo Bolsonaro (2019-2022), marcado por retrocessos significativos em diversas áreas do conhecimento como também de desmontes em políticas sociais públicas estruturantes. Nesse período, que seguiu o processo de Golpe civil-parlamentar de 2016, que depôs a Presidenta Dilma Rousseff da Presidência da República, o Brasil conviveu com uma série de retrocessos civilizatórios na Agenda Pública Nacional, em uma perspectiva da necropolítica – conceito de Achille Mbembe (2003), o qual situa o exercício do poder do Estado na produção de condições para a morte dos grupos socialmente excluídos, por meio de mecanismos como abandono e vulnerabilização das pessoas (ALMEIDA, 2021). Desse modo, as reflexões trazidas pelos entrevistados têm a mediação desse contexto histórico, suas implicações e suas repercussões.

METODOLOGIA

O presente estudo é fruto de uma pesquisa original, de caráter exploratório e descritivo, com abordagem qualitativa, que se aprofundou na significação das ações e relações humanas, uma área não apreciável em equações e estatísticas (MINAYO, 2008). Ademais, a produção desse trabalho é um compilado dos resultados do projeto de pesquisa “Movimentos Sociais e Práticas Populares de Saúde na Paraíba: sistematização de experiências, produções, ideias e reflexões de seus protagonistas”, financiado pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), em duas fases de vigência de 2019/2020 e 2020/2021.

Para seu desenvolvimento, recorreu-se inicialmente a uma revisão sistemática e qualitativa da literatura em torno dos Movimentos Sociais e das Práticas Populares de Saúde, a qual

compreendeu a fundamentação teórica do trabalho, abarcando artigos publicados entre 2015 e 2020, em abrangência nacional, concernente à explicitação de conceitos, desafios e potencialidades desses Movimentos e dessas Práticas na contemporaneidade. Para a realização da revisão, foram pesquisados, na base de dados do “Portal de Periódicos Capes/MEC”, os descritores “Movimentos sociais”, “Movimentos populares”, “Movimentos comunitários”, “Práticas sociais”, “Práticas populares”, “Práticas comunitárias” e seus correspondentes no singular, individualmente, em cada busca. Os encontrados foram lidos, objetivando-se a coerência com a temática estabelecida. Os que não correspondiam à temática, foram excluídos dos resultados, e os demais foram selecionados e relidos para destacamento de dimensões pertinentes aos objetivos do estudo. As dimensões foram categorizadas e serviram de base para a revisão integrativa e, logo, para a fundamentação teórica desta pesquisa.

Como principal procedimento metodológico, foram realizadas entrevistas individuais semiestruturadas (MINAYO, 2008) com respostas livres e espontâneas, visando possibilitar uma exposição da percepção, com liberdade, tranquilidade e profundidade (LIMA; ALMEIDA; LIMA, 1999; MANZINI, 1991). Como critérios de inclusão, destacaram-se: contemplar indivíduos que tiveram protagonismo em movimentos sociais e/ou em práticas populares em saúde; que fossem ações orientadas pela EPS; e que o conjunto dos entrevistados contemplasse diferentes tempos históricos, além de gêneros distintos. A escolha dos entrevistados se deu a partir da consulta a grupos e coletivos que priorizam, historicamente, o estudo e a ação no campo da EPS e sua interface com práticas populares e movimentos sociais, mais especificamente o “Grupo de Pesquisa em Extensão Popular (EXTELAR)”, o “Grupo de Pesquisa em Educação Popular e Saúde” e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Como objetivamos, com este estudo, também dar visibilidade ao protagonismo dos entrevistados, publicando suas reflexões e conhecimentos, não mantivemos o anonimato dos participantes, o que foi feito com a anuência de todos. Acreditamos que esse caminho nos levará à valorização e reconhecimento da história, do trabalho e da produção dos protagonistas dos Movimentos e Práticas Populares da Paraíba.

Na primeira fase da pesquisa, correspondente ao período 2019/2020, foram entrevistadas 12 (doze) pessoas, sendo 10 (dez) mulheres e 2 (dois) homens: Antônia Alves Matias (Antônia – Movimento Comunitário), Claudete Francisca de Araújo Ribeiro (Claudete – Movimento Comunitário), Francisca dos Santos Nunes (Francisca – MST), Francisco Nascimento (Santo da Terra – Movimento de Fitoterapia), Janaína Cristine Pereira Nunes (Janaína – Movimento de Extensão Popular), Jocineide Maria Cajueiro (Neide – Movimento Popular de Saúde/PB), Josinaldo Dantas da Silva (Josinaldo – Movimento Pastoral ligado à Igreja Católica), Maria das Neves Oliveira (Neves – Movimento de Fitoterapia), Maria de Lourdes Gomes de Lima (Nega Lourdes – Movimento de Educação Popular em Saúde), Maria de Lourdes Rodrigues de Souza (Lourdinha – Movimento de Fitoterapia), Maria do Socorro Borges Barbosa (Socorro – Movimento de Educação Popular em Saúde) e Marilene Dantas de Melo (Marilene – MST). Além dessas entrevistas, foram considerados depoimentos escritos de 2 importantes protagonistas, mediante consulta bibliográfica de recentes publicações de sua autoria: Eulina Pereira Ferreira (Eulina – Movimento de ACSs) e Palmira Sérgio Lopes (Palmira – Movimento Popular de Saúde/PB). Esse procedimento metodológico se deu, em especial no caso de Palmira, para evitar nova abordagem a essa participante, considerando o conteúdo já disponível contemplar os objetivos da pesquisa, e, no caso de Eulina, considerando o mesmo fator, além de seu precoce falecimento no ano de 2019.

Na segunda fase do estudo, ocorrida na vigência 2020/2021, foram efetuadas 14 (catorze) novas entrevistas com integrantes de Movimentos Sociais e de Práticas Populares da Paraíba. Os protagonistas consultados, nesta fase, foram 4 (quatro) homens e 10 (dez) mulheres: Alane Maria Silva de Lima (Alane – Memorial das Ligas Camponesas), Antônio Maria Guerin (Padre Antônio – Movimento Pastoral Ligado à Igreja Católica), Dilei Aparecida Schiochet (Dilei – MST), Ednaldo dos Santos Silva (Cacique Ednaldo – Movimento Indígena), Felipe Proenço de Oliveira (Felipe – Rede de médicos e médicas populares), Janaína Gomes Lisboa (Janaína – Movimento de Extensão Popular), Marcos Antônio Freitas de Araújo (Marquinhos – Consulta Popular), Maria Betânia da Silva (Betânia – Articulação Nacional de Movimentos e Práticas de Educação Popular e Saúde (ANEPS)), Maria da Penha Alves Sérgio (Penha – MST), Maria das Dores Costa Brito (Dôra – Movimento Comunitário), Marly Valentim (Marly – Movimento de ACSs), Sônia Maria Lacerda (Sônia – Central Única dos Trabalhadores (CUT)), Roselita Vítor da Costa Albuquerque (Roselita – Polo da Borborema – Movimento Sindical) e Verônica Lourenço da Silva (Verônica – Articulação Nacional de Movimentos e Práticas de Educação Popular e Saúde (ANEPS)), totalizando, nas duas fases, 28 (vinte e oito) participantes com depoimentos considerados no estudo.

As entrevistas tiveram um roteiro-base constituído de eixos geradores do diálogo, sendo eles: 1. Você se considera integrante de Movimento Social, de Prática Popular e/ou de experiência de EPS? Por quê? 2. Como você se tornou integrante em uma dessas experiências? 3. Você se considera um/a educador/a popular em saúde? Por quê? 4. Ao longo de seu percurso no Movimento/Prática/experiência, quais foram as temáticas ou as questões que mais despertaram o seu interesse? 5. Quais foram as ideias e os referenciais mais significativos/expressivos? Por quê? 6. Compartilhe conosco os caminhos de construção das experiências, movimentos e/ou práticas dos quais participou. 7. Seria possível sintetizar um conceito de Movimento Social, de Prática Popular e de Educação Popular em Saúde? 8. Em sua opinião, quais são os principais desafios atuais para os Movimentos Sociais, as Práticas Populares e a Educação Popular em Saúde? 9. Em sua percepção, quais as potencialidades atuais para os Movimentos Sociais, as Práticas Populares e a Educação Popular em Saúde? 10. Numa auto avaliação crítica, quais seriam suas principais contribuições (teóricas e práticas) ao campo da saúde coletiva? 11. Como podemos fazer um levantamento documental e/ou bibliográfico de suas principais produções e experiências? 12. Aponte outros movimentos sociais, práticas populares e experiências em EPS que julga significativos para o campo da saúde no estado da Paraíba.

Apesar de serem orientadas por um roteiro contemplando questões significativas ao estudo, as entrevistas respeitaram o referencial da história oral (SELAU, 2004), sendo, portanto, abertas para as iniciativas dos entrevistados no sentido de suas respostas terem desdobramentos, inclusive sugerindo outras considerações que avaliem ser oportunas ao objeto de estudo, conforme Bloch (2001; 1965) e Machado, Coelho e Dorigão (2016).

Esta pesquisa está em consonância com a Portaria n. 466/2012 (BRASIL, 2012). Foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências Médicas da Universidade Federal da Paraíba e aprovada sob o número de parecer CAAE:12753819.6.0000.8069. Os objetivos do estudo foram apresentados, de forma clara, a todos os entrevistados antes do início das gravações. Assim, o corpo de protagonistas do referente estudo está em concordância com a realização da pesquisa, confirmada por sua assinatura no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

As entrevistas foram iniciadas com uma pergunta aberta, permitindo à pessoa entrevistada narrar sua trajetória de construção pessoal, profissional e ativista, no âmbito dos Movimentos Sociais e das Práticas Populares de Saúde. Na medida em que tal narrativa era construída, e

conforme se demonstrava oportuno, estimulava-se o entrevistado a falar sobre os temas geradores citados acima, caso ainda não o tivesse feito.

Cabe ressaltar que as entrevistas, *a priori*, foram pensadas para serem realizadas presencialmente, que deveriam ocorrer, antes da pandemia da COVID-19, no período da primeira fase do estudo. Devido, todavia, às complicações contextuais dessa pandemia, especialmente as relativas ao necessário distanciamento físico, houve alteração a metodologia norteadora dos encontros com os entrevistados, sendo necessária a adaptação à virtualidade e ao uso de Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs). Assim, as entrevistas foram marcadas mediante a disponibilidade do entrevistado, averiguada por contato prévio via telefone ou WhatsApp; foram efetuadas e gravadas, em sua maioria, por intermédio da plataforma Google Meet; entretanto, por razões de ajuste às necessidades de alguns entrevistados, algumas entrevistas ocorreram via áudio e texto do WhatsApp.

As entrevistas foram transcritas e, logo após, passaram por um processo de análise categorial de conteúdo, fundamentada por Bardin (2016, p. 43), a qual consiste em “classificar os diferentes elementos nas diversas gavetas segundo critérios suscetíveis de fazer surgir um sentido capaz de introduzir alguma ordem na confusão inicial”, isto é, agrupam-se ideias semelhantes, a fim de se criar sentido. Para tanto, foram efetuadas análises em etapas. A primeira consistiu na leitura dos materiais coletados, para sistematizar as falas por seus núcleos de sentido, destacando narrativas chaves nos eixos estabelecidos; a segunda etapa ocorreu pela releitura dos achados, para agrupá-los conforme a similaridade entre as ideias emergentes.

Para isso, as falas foram sintetizadas, de forma a manter a essência do que fora dito, e comparadas entre si, para categorização e ordenamento, conforme a proximidade entre seus sentidos. Tendo isto ocorrido, os núcleos encontrados foram dispostos, na forma de ideias-síntese, em uma tabela, evidenciando-se as dimensões que emergiram da análise dos dados considerados. Após tal procedimento, os dados da tabela foram relidos, com o intuito de se procurarem revelações coerentes com o tema do estudo: “Movimentos Sociais e Práticas Populares em Saúde”. Assim, foi organizada a discussão do trabalho, a partir das falas, selecionadas e transcritas somente aquelas mais significativas dentro de cada ideia-síntese, haja vista que muitos protagonistas mencionaram os mesmos temas. Seguindo esse raciocínio, em cada tópico de cada ideia-síntese estarão registradas algumas falas de alguns sujeitos da pesquisa, mas não de todos, pois foram muitos os entrevistados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Experiências de movimentos sociais e de práticas populares em saúde vêm sendo desenvolvidas, e mais expressivamente, atreladas às ações e serviços de saúde, no Brasil, desde a década de 1970, quando iniciativas em diferentes contextos e em várias frentes passaram a questionar as abordagens do modelo curativo e mercantilista da saúde (MAHMOOD; MUTANER, 2020), enviando debates e acumulando inquietações de busca por novas práticas de saúde e novas formas de organização dos serviços.

Diante disso, muitos profissionais e estudiosos, inconformados com o modelo vigente, passaram a se inserir em comunidades vulneráveis social e economicamente, criando, pela interação, diálogo e partilha com os setores sociais populares, novas formas de cuidado. O conjunto de experiências aglutinadas, na época, pela perspectiva da Saúde Comunitária, configuraria uma das principais frentes do Movimento pela Reforma Sanitária Brasileira e teria papel fundamental

na mobilização em defesa do direito à saúde e no processo de criação do Sistema Único de Saúde (SUS).

Desde meados dos anos de 1970, a Educação Popular em Saúde (EPS), desenvolvida junto aos Movimentos Sociais e às Práticas Populares de Saúde, passa, portanto, a constituir, ao mesmo tempo, tanto um símbolo de um movimento de afirmação da potência da construção compartilhada dos serviços e das ações de saúde com a população, com seus movimentos e suas práticas locais, como também um referencial orientador das abordagens condutoras dessas ações, tendo inspiração nos escritos de vários atores e intelectuais – sobretudo nos de Paulo Freire – que sistematizaram elementos teóricos e metodológicos voltados a uma relação educativa humanizadora e emancipadora, .

No que tange à percepção de protagonistas de Movimentos Sociais e de Práticas Populares de Saúde sobre os desafios desses espaços, na atualidade, de acordo com os levantamentos obtidos nas entrevistas, foi organizado o Quadro 1, cujo conteúdo apresenta os núcleos de sentido emergentes, agrupados a partir das ideias-síntese observadas.

Quadro 1 – Agrupamento das Ideias-Síntese

Ideias-síntese	Núcleos de sentido emergentes
Fragilidades no protagonismo juvenil	Fragilidades no protagonismo juvenil
Desarticulação dos movimentos sociais	Desorganização das bases políticas
	Fragmentação da luta
	Falta de clareza de papéis
	Ausência de consenso nas lutas dos movimentos e das práticas
Escassez de engajamento político	Limites na participação popular
	Fragilidades na adesão às lutas comunitárias
	Superficialidade do engajamento
	Escassez do trabalho de base
	Dificuldades de adesão e credibilidade popular às lutas
Limitado apoio institucional e governamental	Fragilidades nas políticas públicas
	Escassez de investimentos e financiamentos governamentais
Desvalorização do saber popular	Desvalorização da sabedoria popular e da utilização de lógicas/racionalidades integrais em saúde
Fragilidade dos movimentos do campo	Desafios no acesso a direitos básicos
	Limitações nas articulações e mobilizações
	Preconceito social
Crescente ultraliberalismo na conjuntura política atual	Deslegitimação da luta pelo Estado
	Desmonte das políticas públicas
	Descaso do Estado
	Opressão social e estatal
	Enfraquecimento de ações sociais pelo Estado

Fonte: Os autores(as).

Os dados do Quadro 1, em particular as ideias-síntese, serão analisados e respaldados pela teoria e pelos destaques transcritos das próprias entrevistas. Serão utilizadas as citações literais¹ das falas coletadas, conectando-as de maneira a transmitir a ideia em discussão, uma vez que muitos entrevistados abordaram questões semelhantes e expressaram comentários com o mesmo sentido.

Fragilidades no Protagonismo Juvenil

Para Santos (2020), o protagonismo juvenil é um conceito complexo que abarca questões relacionadas a temáticas de participação, responsabilidade social, identidade, autonomia e cidadania; isto é, envolve a participação ativa da juventude nos processos de democracia e indica possibilidades de reinventar a política pela atuação dos jovens frente aos desafios da realidade. De forma que, pelo protagonismo juvenil, há a possibilidade de articulações na busca de mudanças capazes de gerar processos de autonomia e de emancipação.

Na percepção dos entrevistados, a ausência do sentimento de pertencimento e de protagonismo juvenil se faz muito presente na atualidade, como é possível perceber na fala do entrevistado Padre Antônio:

“São poucos os jovens que querem se engajar para transformar a sociedade tão injusta, tão ruim para os mais excluídos”.

Sua fala traduz desafios que se confirmam na de uma outra entrevistada, que diz:

“Acho que o maior desafio nosso, que já estamos enfrentando a um bom tempo, é nossa base. Digo que não temos base, a gente tem massa. É complicado, porque a gente leva massa, transforma em base e essa base vira massa. Essa juventude não segue a luta, eles não acreditam que isso funcione, se isolam, ou vão estudar e não voltam mais. Acho que isso é um desafio do movimento, tá trazendo essa juventude pra seguir a fileira” (FRANCISCA).

Na percepção dos protagonistas, os jovens estão cada vez mais distantes. Isso é fatal para a organização e luta popular, porque elas precisam do envolvimento da juventude para se renovar e seguir. Essa preocupação que se confirma na fala seguinte:

“Estamos vivendo um tempo na sociedade que os jovens estão meio perdidos sem saber pra onde ir e sem expectativa de futuro, vivem meio que feito zumbis com essa tecnologia que a gente achou que ia ajudar, mas para mim, para os que não sabem usar, não ajuda. Preferem se comunicar por redes sociais que se unir e lutar por um objetivo.” (NEIDE).

Nesta transcrição de fala, aparece um aceno para a explicação da causa do comportamento distraído e descomprometido da juventude: a tecnologia. Temos a impressão de que a informação em excesso, muitas vezes originada por interesses de mercado ou por ambição de viralizar, dificulta a devida seleção e processamento, fundamentais para a geração do conhecimento e orientação crítica. Hoje, a partir do *smartphone* conectado em rede, cada jovem anda com “o mundo no bolso”, mas, ao mesmo tempo, encontra enorme dificuldade em perceber os conflitos de interesse em jogo e em se posicionar crítica e politicamente.

¹ As falas serão transcritas conforme sua produção, tentando-se manter, ao máximo, sua forma original, a fim de lhes garantir fidedignidade.

Desarticulação dos Movimentos Sociais

Essa ideia-síntese é composta pela união dos componentes: *Desorganização das bases políticas, Fragmentação da luta, Falta de clareza de papéis e Ausência de consenso nas lutas dos movimentos e das práticas*. Nesse tópico, agrupam-se discursos que convergem na percepção de desafios no expandir das redes de articulação de movimentos sociais que lutam por objetivos comuns, como referido na fala a seguir, de Janaína:

“Um grande problema é a compreensão dos diferentes papéis entre universidade e movimento social dentro dos espaços. Acho que às vezes faltava um pouco desse pertencimento, dessa identidade: eu sou do MOPS, fazemos isso, viemos para isso.”

Um grande desafio posto entre os movimentos sociais é a percepção da identidade individual e coletiva dos movimentos, assim como a interação entre eles, argumento que se valida nas próximas falas:

“Localmente, eu acho que uma das problemáticas que a gente tem é não conseguir construir nada em torno de um consenso, nos diversos movimentos que a gente tem aí” (JANAÍNA).

“Faltou a unificação do objetivo” (CACIQUE EDNALDO).

Na mesma linha, Neide afirma:

“Tá difícil até para se encontrar com outros movimentos, às vezes acho que a gente devia sair cada um de seu quadrado e formar um quadrado só com todo mundo.”

As transcrições corroboram percepções já teorizadas em estudos como o de Ramos, Paiva e Guimarães (2019, p. 848), que diz: “Relembremos que toda tentativa de solução individual, parcial, fragmentada, descontínua está, desde o início, condenada ao fracasso”.

Dessa forma, além de denunciar a desarticulação, os entrevistados também já anunciam propostas de resolução dessa problemática, o que pode ser notado nas seguintes reflexões:

“Todos esses grupos, esses movimentos sociais precisam se unir, ter objetivos comuns [...] cada grupinho tentar se virar, se organizar, fazer... aí não vão conseguir fazer nada” (PADRE ANTÔNIO).

Francisca, por sua vez, indica que:

“Nossa saída é a gente se organizar internamente e ver o que vamos fazer daqui pra frente com esse país desmantelado.”

As falas dizem da atuação isolada, de cada movimento cuidando da sua pauta, carecendo de articulação e unidade, condições indispensáveis para a visibilidade, legitimidade e poder, para se incidir na direção política do país e para a transformação da realidade, assunto que tem relação direta com o próximo ponto.

Escassez de Engajamento Político

A ideia-síntese Escassez de engajamento político aglutina vários núcleos de sentido: *Limites na participação popular, Fragilidades na adesão às lutas comunitárias, Dificuldades de adesão e*

credibilidade popular às lutas, Superficialidade do engajamento, Escassez do trabalho de base, expressos pelo(a)s entrevistado(a)s.

A fragilidade dos processos de mobilização, pelo pouco engajamento popular, foi um desafio bastante mencionado nas entrevistas. Falas como as seguintes são reveladoras das limitações contextuais dos movimentos sociais e das práticas populares, no que tange à formação de base e à formação política:

“Está faltando mobilização popular!” (MARLY).

“A esquerda atual [...] não faz mais trabalho de base” (DILEY).

“Chega na comunidade, faz uma prática, tira uma foto, fica alguns minutos, e vai se embora. Não, tem que enraizar. O amor enraíza.” (BETÂNIA).

“A gente precisa se unificar e aprender a ler também a constituição, e conhecer onde ela lhe defende, e ir para a parte jurídica e chamar o povo para rua.” (CACIQUE EDNALDO).

Sem destoarem entre si, o(a)s entrevistado(a)s seguem falando:

“A grande dificuldade é as pessoas aderirem hoje aos movimentos. Dois ou Três [...] não conseguem levar o movimento à frente porque faltam outras pessoas para tá junto da gente levantando as bandeiras” (NEIDE).

“Estamos vivendo com um povo desanimado. Por isso que os movimentos sociais são tão fraquinhos, tão limitados” (PADRE ANTÔNIO).

Tais percepções corroboram os estudos de Fernandes *et al.* (2017), ao afirmarem que, sem o processo de mobilização social e da plena participação popular, estaremos condicionados a atuar de forma pontual e isolada, isto é, os movimentos populares e comunitários se fragilizam pela falta da participação e interesse do povo.

Além da falta de formação política de base, há outros fatores cotidianos e, principalmente, a luta por sobrevivência das pessoas que, muitas vezes, dificultam a participação e o engajamento social efetivo. Temáticas como as drogas, violência doméstica e na própria comunidade também são agentes promotores de dificuldades. Assim, pode-se afirmar que as disfunções sociais enfrentadas pelas comunidades podem contribuir para a redução do engajamento social em movimentos emancipatórios (PORTO *et al.*, 2016).

Somado a isso, observa-se que a passividade da população dificulta a implantação de um modelo participativo no exercício de saúde. Por conseguinte, a falta de reivindicação das pessoas pelos seus direitos é realidade que tende ao enfraquecimento dos Movimentos Sociais, como citam Cadoná e Scarparo (2015):

Embora a proposta da Reforma Sanitária tenha nascido em meio aos movimentos populares, com envolvimento de trabalhadores/as, militantes e da população em geral, desconhecemos o acesso ou até mesmo os sentidos partilhados pelas comunidades sobre participação. Em um contexto em que o saber biomédico é reconhecido como principal sinônimo de exercício de saúde, fica evidente a dificuldade de implantação de um modelo participativo que mede forças com uma lógica de atenção que não comunga com tais princípios (CADONÁ; SCARPARO, 2015, p. 2728).

O que este raciocínio revela especificamente para a Saúde serve, de forma geral, para as outras áreas: a dificuldade da efetiva participação da população nos espaços de organização e

de decisão. Apesar disso, não há outra saída a não ser a política. Mediante esse raciocínio, as entrevistadas reforçam:

“Uma coisa que está me incomodando é que as pessoas não estão mais reivindicando, mas eu acho que uma hora, pode demorar a chegar, mas as pessoas vão se levantar e vão reivindicar os seus direitos” (NEGA LOURDES).

“Acho que o povo tem que acordar, o povo tá meio que anestesiado, sabe? E nós, as lideranças, que já passamos por tudo isso, começar tudo de novo, uma luta, é desafiador. É lutar e resistir em nossas áreas para não sofrer despejo” (MARILENE).

O que ajuda a explicar boa parte da desmotivação política é a atual conjuntura, em que cada um vive no seu mundo virtual, relacionando-se em redes sociais extremamente rasas, agressivas e despolitizadas, graças aos pseudo ídolos e mitos. Outra razão, presente especificamente no Brasil, foi a despolitização promovida, especialmente na segunda década do corrente século, por um conjunto de atores, que atuaram de forma articulada, passando pelo econômico, jurídico e, principalmente, pela imprensa, concentrada nas mãos de aglomerados financeiros, associando a política e os políticos à corrupção e passando a ideia de que todos são iguais, escondendo os projetos e interesses diferentes em jogo. O que, obviamente, não aconteceu sem propósito, pois, com o povo despolitizado e desinteressado, fica mais fácil para o mercado, muitas vezes escondido atrás de um discurso midiático ou mesmo jornalístico, que se diz imparcial, eleger os seus representantes. Reverter este cenário constitui, realmente, um enorme desafio aos Movimentos Sociais e às Práticas Populares.

Este assunto seguirá presente no próximo ponto, embora com mudança de ênfase.

Limitado Apoio Institucional e Governamental

Essa ideia-síntese agrupou os núcleos de sentido: *Fragilidades nas políticas públicas e Escassez de investimentos e financiamentos governamentais*. Alguns entrevistados perceberam a falta de apoio institucional e governamental como um desafio à concretização de ações abrangentes e resolutivas dos Movimentos e das Práticas Populares de Saúde, especialmente, para os movimentos camponeses, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) e para Organizações Não Governamentais (ONGs), como o Centro de Educação Popular (CENEP).

Pode-se perceber tal entendimento nos seguintes trechos:

“Um outro desafio é o dinheiro, né? [...] os poderes públicos que não ajudam” (DORA).

“O INCRA, órgão nacional que fazia reforma agrária tá todo sucateado, em todos os estados. O governo que está aí não tem interesse em investir nesse projeto de agricultura familiar, ele só investe no agronegócio. O programa desse governo não tem nenhum interesse nessas classes (populares)” (MARILENE).

“Nós, enquanto ONG (se refere ao CENEP), nunca tivemos acesso aos projetos governamentais e manter um trabalho social, sem fim lucrativo (...)... está se tornando cada vez mais difícil” (NEGA LOURDES).

Historicamente, no Brasil, os Movimentos Sociais e as Práticas Populares tiveram dificuldades em conseguir acessar recursos públicos para realizar as suas atividades. Quando o conseguiram, não foram compreendidos e respeitados em sua autonomia e forma de atuar. No governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), entre 1995 e 2002, muitos recursos foram usados ou criados para prestar serviço tipicamente do poder público, como foi o caso das Organizações Sociais (OSs)

para fazer a gestão de hospitais e outras unidades públicas de saúde. No governo Lula e Dilma, muitos movimentos sociais acessaram recursos públicos para a realização de formação e mobilização de base e foram fortemente criminalizados por isso, principalmente por parte da imprensa e do poder judiciário. No governo Bolsonaro, deliberadamente nunca foi disponibilizado recurso para movimentos sociais populares ou para políticas públicas que atendessem às suas demandas. Ainda candidato, Bolsonaro já prometia: “nenhum metro a mais de demarcação de terras para indígenas”. Assim está sendo, mas também para os quilombos e para os acampados do MST. Para Calado (2020), os movimentos sociais são importantes agentes na luta por conquista de direitos sociais e coletivos. Entre os direitos, podemos destacar a alimentação, saúde, educação, moradia, terra, trabalho, entre outros. Conforme o debate e entendimento dos direitos humanos, são direitos de cada cidadão sua obtenção e dever do Estado atendê-los com políticas públicas. Este debate se aprofundará nos pontos que seguem.

Desvalorização do Saber Popular

Nessa ideia-síntese estão os núcleos de sentido: *Desvalorização da sabedoria popular e da Utilização de lógicas/racionalidades integrais em saúde*, revelados pelos entrevistado(a)s.

Nos processos de saúde, a cultura puramente médico-centrada constitui desafios à mobilização social e ao exercício das práticas populares de saúde (SHIMIZU *et al.*, 2015). Isso se dá pela desvalorização do saber popular e, conseqüentemente, das intervenções de atores sociais engajados nos procedimentos populares de saúde – fato bem explicitado na fala de uma entrevistada:

“A gente faz um monte de coisa, e o povo nem valoriza, porque o povo só gosta de coisa cara. [...] Quando se trata de remédio que a gente fez aqui [as pessoas comentam]: E isso presta mesmo? Isso serve mesmo?” (NEVES).

A questão não é questionar ou combater o conhecimento científico, mas o seu efeito de poder, conforme já alertava Foucault (2010). Segundo o estudioso esse conhecimento – o científico – tende a sujeitar e desvalorizar saberes milenares, tornando as pessoas dependentes da lógica e dos instrumentos técnico-científicos. Na área da saúde, quase não existe consulta que não se desdobre em vários exames e em uma grande variedade e quantidade de remédios bioquímicos, boa parte de alto custo.

Desse modo, o uso e, principalmente, a aceitação, por parte do povo, de racionalidades integrais, alternativas ao modelo biomédico de saúde, são entendidos como um desafio, pois para sua mudança se requer resistência e reeducação, como revela a fala de Lourdinha:

“O maior desafio está na reeducação do organismo pela fitoterapia e a falta de paciência com as ervas medicinais, por ser um tratamento mais lento. Porque não entendem que a fitoterapia encontra um organismo todo destruído e primeiro ela vai tirar tudo da casa antiga, para começar a sacada e eles não tem paciência com isso.”

Fica nítida a existência desta grande lacuna, que é a dificuldade em valorizar e acolher o conhecimento popular, tanto por parte da população e principalmente pelos técnicos, como relatam Lima e Fernandes (2019, p.3731):

A dificuldade de os mediadores compreenderem o que os membros das classes populares dizem relaciona-se mais à sua postura, a quanto lhes custa aceitar que as pessoas “humildes, pobres, moradoras da periferia” sejam capazes de produzir conhecimento, de organizar e sistematizar pensamentos sobre a

sociedade, do que a questões técnicas propriamente, como as linguísticas, por exemplo.

Resistir ao efeito de poder da ciência moderna e seguir valorizando o saber popular, milenarmente produzido e apurado, são dois dos principais desafios dos Movimentos Sociais e das Práticas Populares, em uma cultura de “endeusamento” das ciências. No campo, a realidade é afetada por esse mesmo espírito, mas apresenta peculiaridades. Vejamos.

Fragilidades dos Movimentos do Campo

Nessa ideia-síntese estão os núcleos de sentido: *Desafios no acesso a direitos básicos, Limitações nas articulações e mobilizações e Preconceito social.*

Com as reflexões trazidas pelo(a)s entrevistado(a)s, foi sentida a importância de se fazer um recorte para as práticas e movimentos camponeses, pois eles apresentam dificuldades e desafios específicos, relacionados ao fato de ocorrerem localmente e distantes dos núcleos das grandes cidades, o que dificulta a locomoção e o acesso satisfatório a serviços básicos de qualidade. Tal compreensão é elucidada pela fala de Marilene:

“Tudo é desafiador. Na questão da educação, lutamos por uma escola no campo, na questão da saúde, lutamos por um posto de saúde no campo. Tudo isso é desafio para o povo do campo.”

São nessas situações desiguais que, essencialmente, os Movimentos Sociais figuram como sujeitos importantes, atuando na elaboração e negociação de políticas públicas, sejam de educação, saúde ou outras. Borysow, Conill e Furtado (2017) discutiram sobre experiências municipais palpáveis que, por articulação entre trabalhadores da saúde e movimentos populares, originaram algumas políticas públicas específicas.

Acrescente-se à situação acima outro desafio para os movimentos camponeses: o imaginário popular de que o movimento de luta por terra é ilegítimo, como se confere nas falas de Marilene:

“A sociedade, muitas vezes, nos taxa de preguiçoso, de vagabundo, diz que nós somos vândalos. Mas, na verdade, não conhece nossa vida, nossa história. Muita gente pensa mal de nós, dos trabalhadores rurais, dos sem-terra, do MST.”

Em outro trecho ela complementa:

“A gente não invade (terras), está lá no artigo 5º da constituição federal que toda terra que não estiver cumprindo sua função social ela tem que ser destinada a fim de reforma agrária. Nós não invade, nós ocupa, nós ocupa os espaços.”

Entre os camponeses, há forte senso de justiça, de não querer se apropriar do que não foi conquistado pelo suor do próprio trabalho. Esses conflitos muitas vezes produzem confusão na cabeça dos camponeses, principalmente dos que não são do Movimento e que geralmente não conhecem as injustiças e suas causas, as quais envolvem o campo – muitos porque não estudam e ou não refletem criticamente sobre a formação agrária brasileira (STÉDILE, 1994) – e o acúmulo de terras por parte de uns em detrimento de muitos trabalhadores sem terras.

Ademais, no contexto pandêmico, outros desafios, segundo mais uma participante, passaram a surgir:

“A gente tá sofrendo demais nessa pandemia, porque a gente não consegue juntar um grupo de agricultores e agricultoras, colocar dentro dum ônibus e ir visitar uma experiência dum agricultor lá no Curimataú de Solânea, pra eles verem, dialogarem com os outros agricultores e dizer se ele pode fazer, eu posso também” (ROSELITA).

Vê-se, no discurso acima, que as articulações entre atores do campo ficaram limitadas pelos desafios impostos pela adequação às medidas frente à Covid-19. Esse argumento reforçado na fala de Alane:

“A pandemia é um grande desafio para nós, as pessoas não têm acesso à saúde e vem uma pandemia. Se a gente expõe a nossa base, se a gente se expõe, corremos o risco de adoecer e morrer todo mundo, é momento da gente se resguardar”.

Como tudo, o campo também foi afetado pela pandemia, mas, ainda assim, a solidariedade dos camponeses, principalmente de assentados do MST, com a doação de cestas com alimentos, ajudou a “matar” a fome de muita gente da cidade, no período crítico da Pandemia. A luta dos camponeses, por meio dos movimentos sociais do campo, é, contudo, por um projeto de desenvolvimento e qualidade de vida no campo, com acesso a direitos, à tecnologia e equipamentos e, sobretudo, com a valorização da identidade e da cultura do campo. Este projeto, no entanto, enfrenta, historicamente, e agora mais do que nunca, a voracidade do liberalismo e ultraliberalismo, o que, para Fleury (2018) e Costa Filho (2021), consiste na intensificação da perspectiva neoliberal, entre outros fatores, especificamente na saúde, incidindo sobre a redução substancial dos investimentos públicos no setor bem como no desmonte e/ou extinção de políticas públicas sociais.

Crescente Ultraliberalismo na Conjuntura Política Atual

Na ideia-síntese *Crescente Ultraliberalismo na Conjuntura Política Atual* encontramos os núcleos de sentido: *Deslegitimação da luta pelo Estado, Descaso do Estado, Enfraquecimento de ações sociais pelo Estado, Desmonte das políticas públicas; e Opressão Social/Estatal*, temáticas que se relacionam à “Estrutura social [e econômica] capitalista” citada nas entrevistas.

As discussões desenvolvidas no decorrer das entrevistas tocaram bastante na temática do Capitalismo, da lógica econômica e financeira e seu crescimento no cenário político brasileiro, sendo mencionadas diversas vezes como desafiantes às classes populares e às organizações dos Movimentos e Práticas Sociais, devido à crescente preferência, do Estado, em investimentos que fortaleçam o mercado, frente aos investimentos voltados às políticas sociais (MARQUES, 2013). Dessa sorte, a Agenda ultraliberal vem dominando, cada vez mais, a Gestão, o que é facilitado pela despreocupação e o crescente descompromisso desta última para com as questões sociais.

Podemos compreender a ação dos Movimentos Sociais como forma de resistência à crescente Agenda ultraliberal. Segundo Souza *et al.* (2019), a atual conjuntura política do Brasil busca enfraquecer a atuação dos Movimentos e a participação social. Esse discurso é evidenciado na fala de Felipe Proenço:

“Estamos em uma conjuntura de, até mesmo, perseguição dos movimentos sociais, de desmonte de tudo o que já foi política pública social no país.”

E reforçado por Dora:

“Não pode sair na rua, não pode reivindicar, se puder, é pra levar bala de borracha, e spray de pimenta.”

A Reforma Trabalhista, conduzida pelo governo Temer, e a Reforma da Previdência, realizada praticamente pelo mesmo grupo que seguiu no poder no governo Bolsonaro, são evidências nítidas da lógica ultraliberal favorecida pelo Governo, tirando direitos historicamente conquistados pelos trabalhadores, com o *pseudodiscurso* de modernizar a legislação, atrair recursos privados e gerar empregos. Recursos e empregos que nunca chegaram – ao menos, até a data de produção desta escrita, não se teve evidências de isso ter ocorrido. Para a reforma da Previdência, o principal argumento foi o peso, no orçamento anual da União, de algo em torno de 27%, mas nunca se questionou o rombo no mesmo orçamento anual provocado pelo pagamento de juros e amortizações da dívida pública que, na época, já era mais de 40%, dinheiro público que é pago para grupos de investidores privados, ou seja, ao mercado (LOBATO, COSTA, RIZZOTTO, 2019; FLEURY, 2018).

Para o ano 2021, o Governo Federal encaminhou ao Congresso Nacional o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA), em que os gastos com a dívida pública representavam 53,92% (FATTORELLI, 2020); para o ano 2022, o Congresso Nacional aprovou o PLOA com um absurdo de 53,5% para gastos com a dívida pública, isto é, para amortização e pagamento de juros (AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA, 2021; FATTORELLI, 2021). Apesar disso, a dívida triplicou em dez anos (VALENTE, 2019), alcançando, em 2022, o patamar de mais de R\$ 5,5 trilhões. Assim, é possível entender a recorrente expressão, praticamente diária, nos principais jornais do país: “o mercado está nervoso”. Não poderia estar de outra forma, porque, além da influência indireta das políticas públicas, o mercado é diretamente afetado com mais de 50% do orçamento federal. Absurdamente, não se tem previsão de teto para o pagamento da dívida, mas para as políticas sociais sim. Isso é inadmissível, em um país com tantas mazelas sociais como o Brasil. Essa política certamente está contribuindo, junto com a Pandemia, para o retorno do Brasil ao mapa da fome.

A identificação do atual posicionamento capitalista da equipe que está na gestão do Estado como desafiante frente às ações sociais desenvolvidas em ambientes dos Movimentos e Práticas Populares, foi bastante recorrente nas entrevistas. Uma das protagonistas chegou a dizer:

“Acho que o principal desafio que a gente tem agora enquanto movimento social e popular é derrotar a extrema direita, no sentido que as práticas que a gente vem construindo em torno da ciência, da educação popular, em torno da organização das pessoas, né? Em torno da pluralidade, da diversidade de saberes, da diversidade de pessoas, de credos, de raça, de orientação sexual, né? Eu acho que isso é a principal dificuldade que a gente tem. A gente tem na conjuntura um momento extremamente conservador, né? Que tem como espelho, né? A principal figura do país, né? O presidente da república, né? O qual espalha e reproduz e fomenta ideias cada dia mais obscurantistas, né? Contra a ciência, né? Contra a diversidade. E isso para mim é a maior dificuldade que a gente tem principalmente nos espaços de organização, né? Que essas pessoas, né? Que têm essa figura como orientador, têm se colocado e têm se apoderado cada dia mais dos espaços democráticos” (SOCORRO).

Seu posicionamento é fortalecido pelo discurso de outros entrevistados:

“Os espaços formais de controle social eles estão muito viciados, bombardeados e enfraquecidos nesse novo governo” (VERONICA).

“Temos uma gestão que tem o mínimo de interesse pelas políticas sociais, e nesse sentido, fica muito fragilizada a prática de um cuidado que seja mais horizontal e vinculado à Política de Educação Popular em Saúde” (JANAÍNA).

Essas falas reafirmam a insatisfação e o quadro desafiante que a política do governo Bolsonaro representa para os Movimentos e Práticas Populares.

Devido às influências conjunturais e situacionais, identifica-se um conjunto de dificuldades e um enfraquecimento dos Movimentos, como mostram os discursos a seguir:

“o negacionismo que se tem no Brasil, nesses últimos anos, e a perseguição dos movimentos sociais, a pandemia gerou um grande distanciamento [físico], em termos de organização e uma fragmentação” (JANAÍNA).

“Você não pode ir na rua reivindicar, você vai pra rua, aí você é taxado de baderneiro, de vagabundo” (DORA).

Somados à opressão crescente, o contexto pandêmico e a falta de políticas adequadas de combate à Covid-19 potencializam os desafios encontrados, na opinião dos participantes, cujas transcrições seguem:

“Temos um inimigo central hoje, que é o Estado Brasileiro. [...] Quem devia cuidar do povo, não cuidou” (DILEI).

“A gestão [...] não está nem aí” (BETÂNIA).

Concordamos que as situações expostas pelos discursos acima acabam por limitar os processos de mobilização social, porém, entendemos também que o inimigo dos Movimentos e das Organizações Populares não é exatamente o Estado, mas as políticas ou, melhor, a antipolítica da atual gestão do Estado. Vários espaços, constituídos para o cuidado e elaboração de políticas públicas específicas, são desconstruídos ou fragilizados: a FUNAI, acusada de Fundação antiindígena, conforme o registro de Dom Philips e Bruno Pereira; a Fundação Cultural Palmares, atacada em sua essência pelo próprio presidente Sérgio Camargo: “No Brasil de hoje Zumbi seria um bandido ou defensor de bandido, integrante do MST” e “Não há salvação para o Movimento Negro. Precisa ser extinto. Fortalecê-lo é fortalecer a esquerda” (SILVA, 2019). Assim foi e está sendo com pastas importantes como Direitos Humanos, Educação, Saúde, entre outras. É preciso recuperar a gestão do Estado para colocá-lo nos devidos trilhos.

Segundo Freitas *et al.* (2018), os Movimentos Sociais são percebidos como instrumentos que garantem e mantêm as lutas sociais, mesmo diante de cenários políticos pouco favoráveis. Os Movimentos Populares são habituados às adversidades e, geralmente, se renovam e se fortalecem diante das dificuldades. Com isso, podemos problematizar questões mais profundas e fundantes das raízes sociais na fala de uma entrevistada:

“Não é uma onda reacionária estritamente brasileira, mas mundial, reiterando a forma perversa de como o capitalismo se estrutura e se refaz uma maior acumulação de capital, e para isso, é preciso retirar direitos, penalizar muito mais as mulheres, as crianças, as populações de países explorados pelo neoliberalismo, repercutindo na sociedade atual. São tempos muito difíceis para compreender qual o cerne da questão, pois não é algo tão pequeno e pontual, pelo contrário, é algo bem maior da estrutura do capitalismo” (SOCORRO).

O sentido do Estado está em regular o mercado e em atuar na redistribuição da renda, assegurando o equilíbrio e a dignidade aos cidadãos. Os Movimentos Sociais e as Práticas Populares, sob orientação dos princípios da Educação Popular, sempre se colocaram nesta defesa. Neste caminho, hão de seguir e se fortalecer.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sistematização da percepção dos Movimentos Sociais e das Práticas Populares de Saúde no estado da Paraíba representa um processo de relevância pedagógica, social e cultural, de sorte que, com a análise crítica dos desafios com base em experiências paraibanas, abriu-se espaço a discussões acerca dos diversos percalços enfrentados rotineiramente por esses Movimentos por essas Práticas Populares, em suas ações e articulações.

No estudo, foram identificados diversos desafios para os Movimentos Sociais e Práticas Populares de Saúde, entre os quais se destacam: as temáticas concernentes à pouca articulação das lutas, que se traduz na dificuldade de integração das pautas conjuntas entre os Movimentos; a conjuntura política atual, que, por apresentar-se pouco favorável às classes populares, dificulta burocrática e fatidicamente as ações, pela propagação de ideologias contrárias à participação do povo; o contexto pandêmico, que refletiu limitações no engajamento das mobilizações, pela priorização da vida e reconhecimento da necessidade do distanciamento social como forma de prevenção à Covid-19; e, por fim, as fragilidades de engajamento, resultantes do pouco interesse dos jovens nos processos de luta e reivindicação de direitos.

Os resultados encontrados no estudo são significativos e alcançam o objetivo proposto, permitindo a identificação e análise dos desafios enfrentados pelos Movimentos Sociais e Práticas Populares na promoção da saúde coletiva, de acordo com as percepções de protagonistas envolvidos em experiências na Paraíba. Com a presente publicação, espera-se que tais achados possam subsidiar novas iniciativas de formação permanente dos Movimentos Sociais e das Práticas Populares de Saúde, em suas bases territoriais e comunitárias, bem como sejam fomentadas estratégias de aprimoramento da ação de tais Movimentos, do ponto de vista organizativo, de maneira que as lacunas aqui explicitadas possam ser enfrentadas e superadas. Para aqueles que atuam no SUS e na área de Saúde Coletiva, os desafios apontados indicam frentes de ação e necessidade de qualificação no planejamento de suas ações, objetivando maior preparação de suas atividades no sentido de galgar mais firmemente o objetivo de empoderamento e emancipação da comunidade na saúde.

Cabe ressaltar que não foi possível abarcar amostras de todos os Movimentos e Práticas do Estado. É central, portanto, que haja continuidade e incentivo a pesquisas voltadas a essas histórias de luta e de resistência, pautando ideias para além das visões acadêmicas, de olhares que são de fora dos Movimentos, sistematizando e socializando o pensamento crítico e propositivo dos protagonistas das experiências populares, tendo em vista as lacunas do conhecimento científico sobre essas temáticas.

Ademais, enquanto limitações da pesquisa, o período de isolamento físico gerado pela pandemia de Covid-19 foi um fator limitante de nossas interações, tanto com os protagonistas entrevistados quanto com os territórios e vivências *in locus*. Dessa forma, não realizamos visitas de campo aos territórios e comunidades de todos os entrevistados. Nesse contexto, necessidade de se utilizarem tecnologias da comunicação também foi outro obstáculo, pois alguns entrevistados apresentaram dificuldades para utilização de ferramentas de reuniões on-line, além dos vários

problemas de conexão com a internet, especificamente para os protagonistas de experiências do campo, onde a rede de internet é bastante limitada ou inexistente. Apesar de tudo, as limitações não conseguiram impedir a investigação, a coleta de dados e a sistematização da contribuição dos Movimentos Sociais e das Práticas Populares a partir da percepção de protagonistas paraibanos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, S. L. NECROPOLÍTICA E NEOLIBERALISMO. *Caderno Crh*, [S.L.], v. 34, p. 1-10, 29 nov. 2021. Universidade Federal da Bahia. <http://dx.doi.org/10.9771/ccrh.v34i0.45397>.
- ARAÚJO, R. S. de; CRUZ, P. J. S. C. (org.). **Educação Popular e Práticas Sociais: Ação, Processo Formativo e Construção do Conhecimento**. 1. ed. v. 1. João Pessoa: CCTA/UFPB, 2018. 298 p. Disponível em: encurtador.com.br/xDFG5. Acesso em: 24 jul. 2022.
- AYRES, J. R. C. M. Sujeito, intersubjetividade e práticas de saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 63-72, 2001.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. 1. ed. São Paulo: Edições 70, 2016. 288 p.
- BLOCH, M. **Apologia da História ou ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BLOCH, M. **Introdução a História**. Lisboa: Publicações Europa-América, 1965.
- BORYSOW, I. C.; CONILL, E. M.; FURTADO, J. P. Atenção à saúde de pessoas em situação de rua: estudo comparado de unidades móveis em Portugal, Estados Unidos e Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 3, p. 879-890, mar. 2017.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Comissão Nacional de Ética em Pesquisa. **Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012**. Dispõe sobre diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Brasília: CONEP, 2012. Disponível em: encurtador.com.br/frtxV. Acesso em: 24 jul. 2022.
- CADONÁ, E.; SCARPARO, H. Construcionismo social na atenção básica: uma revisão integrativa. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 20, n. 9, p.2721-2730, 2015.
- CALADO, A. J. F. **Educação Popular**. 1. ed. v. 1. João Pessoa: CCTA/UFPB, 2020. 240 p. Disponível em: encurtador.com.br/pY249. Acesso em: 24 jul. 2022.
- Congresso aprova PLOA 2022 com mais de R\$ 2,4 trilhões destinados ao pagamento da Dívida. **Auditoria Cidadã da Dívida**. 22 dez. 2021. Disponível em: encurtador.com.br/nqrP9 Acesso em: 24 jul. 2022.
- COSTA FILHO, S. Projeto ultraliberal como nova forma de dependência e a fuga para adiante da burguesia brasileira. **Informe Econômico (Ufpi)**, Sl, v. 41, n. 2, p. 4-23, jul. 2021.
- FATTORELLI, M. L. Mais da metade do orçamento de 2021 será para amortizar dívida pública. **Extra Classe**. 15 set. 2020. Disponível em: encurtador.com.br/fjLSX. Acesso em: 24 jul. 2022.
- FATTORELLI, M. L. O Privilégio da Dívida no Projeto de Lei Orçamentária 2022”- Fattorelli em Audiência Pública da CMO. **YouTube**. 16 dez. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=lMki6O3i5vM>. Acesso em: 21 jun. 2022.
- FERNANDES, D. S. *et al.* Atuação de movimentos sociais e entidades na pandemia da COVID-19 no Brasil: o cuidado à pessoa idosa em Instituições de Longa Permanência. **Revista Brasileira de**

Geriatrics e Gerontologia [online], v. 24, n. 2, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1981-22562021024.210048>. Acesso em: 24 jul. 2022.

FERNANDES, V. R. et al. O lugar da vigilância no SUS – entre os saberes e as práticas de mobilização social. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 22, n. 10, p. 3173-3181, 2017.

FLEURY, S. Capitalismo, democracia, cidadania: contradições e insurgências. **Saúde Debate**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 3, p. 108-124, nov. 2018. Doi: 10.1590/0103-11042018s309.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**: Curso no Collège de France (1975-1976). Tradução de Maria Ermantina Galvão. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

FREITAS, C. M. et al. Conquistas, limites e obstáculos à redução de riscos ambientais à saúde nos 30 anos do Sistema Único de Saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 23, n. 6, p. 1981-1996, 2018.

KADRI, M. R.; SCHWEICKARDT, J. C. As Organizações da Sociedade Civil no enfrentamento à AIDS no Amazonas, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 20, n. 5, p. 1331-1339, 2015.

LIMA, A. L. S.; FERNANDES, T. M. D. Vitor Valla: uma vida de reflexão e militância em educação popular e saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 24, n. 10, p. 3727-3732, out. 2019.

LOBATO, L. DE V. C.; COSTA, A. M.; RIZZOTTO, M. L. F. Reforma da previdência: o golpe fatal na seguridade social brasileira. **Saúde em Debate**, v. 43, n. 120, p. 05-14, jan. 2019.

LOPES, P. S. **Práticas populares de cuidado, ação comunitária e promoção da saúde: experiências e reflexões**. 1. ed. v.1. João Pessoa: CCTA/UFPB, 2019. 194 p. Disponível em: encurtador.com.br/rLP18. Acesso em: 24 jul. 2022.

MACHADO, M. C. G.; COELHO, G. F; DORIGAO, A. M. As pesquisas com intelectuais em História da Educação: um campo profícuo. **Revista HISTEDBR On-line**, v. 16, p. 175-188, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.20396/rho.v16i67.8645233>. Acesso em: 24 jul. 2022.

MAHMOOD, Q.; MUTANER, C. State-society nexus in Brazil and Venezuela and its effect on participatory governance efforts in health and other sectors. **International Journal for Equity in Health**, Ottawa, v. 19, n. 173, p. 1-15, 2020. Disponível em: <https://equityhealthj.biomedcentral.com/track/pdf/10.1186/s12939-020-01278-1.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2022.

MANZINI, E. J. A. entrevista na pesquisa social. **Didática**, São Paulo, v. 26/27, p. 149-158, 1990/1991.

MARQUES, A. P. P. Reestruturação produtiva e recomposições do trabalho e emprego: um périplo pelas “novas” formas de desigualdade social. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 6, p. 1545-1554, jun. 2013.

MBEMBE, A. **Necropolítica**. 1. ed. [2003]. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MÉLLO, L. M. B. D. et al. Agentes comunitárias de saúde: práticas, legitimidade e formação profissional em tempos de pandemia de Covid-19 no Brasil. **Interface (Botucatu)**, v. 25, supl. 1, 2021.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 11a ed. São Paulo, HUCITEC, 2008.

PEDROSA, J. I.; OLIVEIRA, M. W. Apresentação. **Interface (Botucatu)**, v. 18, supl. 2, p. 1157-1158, 2014.

PORTO, M. F. S. et al. Comunidades ampliadas de pesquisa ação como dispositivos para uma promoção emancipatória da saúde: bases conceituais e metodológicas. **Ciência & Saúde Coletiva**, p. 1747-1756, 2016. Disponível em: <https://url.gratis/ayZIAM>. Acesso em: 7 jul. 2021.

- RAMOS, D. K. R.; PAIVA, I. K. S.; GUIMARÃES, J. Pesquisa qualitativa no contexto da Reforma Psiquiátrica brasileira: vozes, lugares, saberes/fazer. **Ciências & Saúde Coletiva**, v. 24, n. 3, p. 839-852, 2019. Disponível em: <https://url.gratis/qplccj>. Acesso em: 13 jul. 2021.
- RODRIGUES, J. A. S.; CRUZ, P. J. S. C. (org.). **Educação Popular e Promoção da Saúde na Atenção Primária: Ideias, Saberes e Experiências**. 1. ed. v.1. João Pessoa: CCTA/UFPB, 2020. 278 p. Disponível em: encurtador.com.br/dNVZ4. Acesso em: 24 jul. 2022.
- SANTOS, C. L. Protagonismo Juvenil: Reflexões Jurídico-Filosóficas Acerca da Participação das Juventudes no Agir Político Contemporâneo. **Revista Jurídica da Ufersa**, Mossoró, v. 4, ed. 8, p. 171-189, 2020. Disponível em: <https://url.gratis/0Wc9Ia>. Acesso em: 13 jul. 2021.
- SELAU, M. S. História Oral: uma metodologia para o trabalho com fontes orais. **Revista Esboços - UFSC**, Florianópolis, v. 11, n. 11, 2004. Disponível em: encurtador.com.br/xyGLM. Acesso em: 24 jul. 2022.
- SHIMIZU, H. E. et. al. A estrutura das representações sociais sobre saúde e doença entre membros de movimentos sociais. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 20, n. 9, p.2899-2910, 2015.
- SILVA, F. M. da. **Análise crítica dos desafios dos Movimentos Sociais e das Práticas Populares em Saúde: apontamentos com base na percepção de protagonistas paraibanos**. Orientador: Pedro José Santos Carneiro Cruz. 2021. Relatório do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC). Departamento de Promoção à Saúde. Centro de Ciências Médicas. Universidade Federal da Paraíba, 2021. 24p.
- SILVA, J. M. Piores frases do ano: coleção de pérolas políticas. **Correio do Povo**. 17 dez. 2019. Disponível em: <https://www.correiodopovo.com.br/blogs/juremirmachado/piores-frases-do-ano-1.387425>. Acesso em: 22 jun. 2022.
- SOUZA, L. E. P. F. et al. Os desafios atuais da luta pelo direito universal à saúde no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 24, n. 8, p. 2783-2792, ago. 2019.
- STÉDILE, J. P. (org). **A questão agrária hoje**. Porto Alegre: Editora Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1994.
- VALENTE, G. Dívida pública triplica em dez anos e chega a R\$ 5,3 trilhões. **O Globo**. 19 mar. 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/divida-publica-triplica-em-dez-anos-chega-r-53-trilhoes-23559851>. Acesso em: 22 jun. 2022.
- VASCONCELOS, E.M. **Educação Popular e Atenção à Saúde da Família**. 1. ed. v.1. João Pessoa: Hucitec, 2015. 343 p.